

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Empresa de Transmissão de ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	878	4.404
Concessionárias e Permissionárias	5	657	127
Serviços em Curso		193	136
Tributos Compensáveis		144	140
Outros Ativos Circulantes		148	134
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	5	48	48
Depósitos Judiciais e Cauções		3.645	3.067
Tributos Diferidos		109	48
Imobilizado	6.1	64.668	66.693
Intangível	6.2	13	32
Total do Ativo		<u>70.503</u>	<u>74.829</u>

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		456	465
Obrigações Sociais e Trabalhistas		113	172
Tributos		157	155
Encargos Setoriais		429	386
Outros Passivos Circulantes		1.031	215
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Provisão para Litígios	7	100	214
Outros Passivos Não Circulantes		528	157
Total do Passivo		<u>2.814</u>	<u>1.764</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	95.345	95.345
Reservas de Lucros	8.2	27.267	16.505
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	8.2	-	4.615
Dividendos Societários Distribuídos	8.2	(54.923)	(43.400)
Total do Patrimônio Líquido		<u>67.689</u>	<u>73.065</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>70.503</u>	<u>74.829</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		14.164	12.566
Tributos			
PIS-PASEP		(92)	(82)
Cofins		(425)	(377)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(130)	(116)
Reserva Global de Reversão - RGR		(368)	(327)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(57)	(50)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	9	13.092	11.614
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis			
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(320)	(587)
Material		(11)	(9)
Serviços de Terceiros		(1.258)	(1.109)
Arrendamento e Aluguéis		(43)	(29)
Seguros		(15)	(18)
Doações, Contribuições e Subvenções		(40)	(15)
Provisões		54	(124)
Tributos		(15)	(20)
Depreciação e Amortização		(2.486)	(2.568)
Resultado da Atividade		8.958	7.135
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(96)	(906)
Receitas Financeiras		268	394
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		9.130	6.623
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(503)	(500)
Lucro Líquido do Exercício		8.627	6.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	8.627	6.123
Outros Resultados Abrangentes		
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>8.627</u>	<u>6.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas legal	Reservas de Retenção de Lucro	Proposta de distribuição de dividendos societários	Dividendos Societários Distribuídos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	50.345	2.763	32.006	-	(34.653)	-	50.461
	-	-	0	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	45.000	-	-	-	-	-	45.000
Lucro líquido do exercício						6.123	6.123
Destinação Proposta à A.G.O.:							-
Reserva Legal	-	512	-	-	-	(512)	-
Dividendos Adicionais Propostos				4.615	-	(4.615)	
Pagamento de dividendos sobre Lucros retidos	-	-	(18.776)	-	(8.747)	(996)	(28.519)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	95.345	3.275	13.230	4.615	(43.400)	-	73.065
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	(4.615)	-	-	(4.615)
Lucro líquido do exercício						8.627	8.627
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Destinação Proposta à A.G.O.:							-
Reserva Legal	-	1.007	-	-	-	(1.007)	-
Pagamento de dividendos sobre Lucros retidos	-	-	(4.584)	-	-	-	(4.584)
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	(11.523)	6.719	(4.804)
Reserva de lucro do exercício	-	-	14.339	-	-	(14.339)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	95.345	4.282	22.985	-	(54.923)	-	67.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		8.627	6.123
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		8	12
Depreciação		2.478	2.556
Imposto de Renda e Contribuição Social		503	501
Juros e Variações Monetárias		4	814
Reversão (Provisões) para Litígios		(114)	124
Outros		-	(54)
		11.505	10.076
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários e Permissionárias		(530)	880
Depósitos Judiciais e Cauções		(578)	(992)
Tributos Compensáveis		(4)	24
Outros		(70)	(106)
		(1.182)	(194)
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		39	(74)
Fornecedores		(9)	49
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(59)	36
Tributos		(118)	(249)
Outros		1.180	(319)
		1.033	(557)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de Dívidas Pagos		-	(1.171)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(442)	(277)
		10.915	7.877
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimentos		-	1.227
Imobilizado	6.1	(438)	(206)
Intangível	6.2	(4)	(3)
		(442)	1.018
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e Financiamentos pagos		-	(22.313)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(13.999)	(31.100)
Integralização de Capital		-	45.000
		(13.999)	(8.413)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		4.404	3.922
No fim do exercício		878	4.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ESDE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão					
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
025/2009	30	2039	14.098	IPCA	jan/14

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$14.649.

Em 14 de janeiro de 2014, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 13 para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de junho de 2020.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa Concessionárias e Permissionárias.

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.3. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente seu valor justo, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.7.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	878	878	4.404	4.404
Caixa e Equivalentes de Caixa	878	878	4.404	4.404

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					TOTAL 2019	TOTAL 2018	
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA						
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			Mais de 360 dias
Encargos de Uso da Rede Elétrica	648	8	-	2	47	705	175	
TOTAL	648	8	-	2	47	705	175	
						Circulante	657	127
						Não Circulante	48	48

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	75.866	-	214	76.080	214	(16.710)	59.370	61.628
Terrenos	152	-	22	174	22	-	174	152
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4.952	-	638	5.590	638	(1.293)	4.297	3.973
Máquinas e Equipamentos	70.757	-	(447)	70.310	(447)	(15.414)	54.896	57.500
Móveis e Utensílios	5	-	1	6	1	(3)	3	3
Subtotal	75.866	-	214	76.080	214	(16.710)	59.370	61.628
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	5.027	433	(205)	5.255	228	-	5.255	5.027
Máquinas e Equipamentos	440	348	(205)	583	143	-	583	440
Outros	4.587	85	-	4.672	85	-	4.672	4.587
Administração	38	5	-	43	5	-	43	38
Máquinas e Equipamentos	38	5	-	43	5	-	43	38
Subtotal	5.065	438	(205)	5.298	233	-	5.298	5.065
Total do Ativo Imobilizado	80.931	438	9	81.378	447	(16.710)	64.668	66.693

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	36	-	(10)	-	26	(10)	(26)	-	15
Servidões	15	-	(15)	-	-	(15)	-	-	15
Softwares	21	-	5	-	26	5	(26)	-	-
Administração	59	-	-	-	59	-	(58)	1	9
Softwares	41	-	-	-	41	-	(40)	1	9
Outros	18	-	-	-	18	-	(18)	-	-
Subtotal	95	-	(10)	-	85	(10)	(84)	1	24
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	5	1	-	-	6	1	-	6	5
Softwares	5	1	-	-	6	1	-	6	5
Administração	3	3	-	-	6	3	-	6	3
Softwares	8	-	-	-	8	-	-	8	8
Outros	(5)	3	-	-	(2)	3	-	(2)	(5)
Subtotal	8	4	-	-	12	4	-	12	8
Total do Ativo Intangível	103	4	(10)	-	97	(6)	(84)	13	32

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,33%	76.080	(16.710)	59.370	61.628
Custo Histórico	3,33%	76.080	(16.710)	59.370	61.628
		76.080	(16.710)	59.370	61.628
Em Curso					
Transmissão	-	5.255	-	5.255	5.027
Administração	0,00%	43	-	43	38
		5.298	-	5.298	5.065
		81.378	(16.710)	64.668	66.693

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	353	-	353
A Ratear	-	60	60
Material em Depósito	-	25	25
Total das Adições	353	85	438

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	Valor
1. UMA CHAVE	205

7. Provisão para Litígios

	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2018	214	214
Outros	(114)	(114)
Saldos em 31/12/2019	100	100
Circulante	-	-
Não circulante	100	100

O montante de R\$100 refere-se a três causas trabalhistas (R\$214 em 31 de dezembro de 2018 referem-se a cinco causas trabalhistas). Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2019 a ESDE não possui demandas judiciais ou administrativas com probabilidade de perda classificada como possível (R\$61 em 31 de dezembro de 2018 referente a um processo trabalhista).

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 95.345, representado por 72.835.845 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	72.836	100,00	72.836	100,00
	72.836	100,00	72.836	100,00

8.2. Reservas de lucros

	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal	4.282	3.275
Reserva de retenção de lucros	22.985	13.230
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	4.615
Dividendos societários distribuídos	(54.923)	(43.400)
	(27.656)	(22.280)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

9. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	14.315	13.809
(-) Parcela Variável	(151)	(1.243)
Programa de Integração Social - PIS	(92)	(82)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(425)	(377)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(130)	(116)
Reserva Global de Reversão - RGR	(368)	(327)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(57)	(50)
Total	13.092	11.614

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 4,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020.

10. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	320	587
Remuneração	169	314
Encargos	58	110
Previdência privada	3	3
Assistência médica	34	44
Despesas rescisórias	21	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(2)	73
Outros	37	43
Total	320	587

11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	14.164	14.164	12.566	12.566
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.133	1.700	1.005	1.508
Receitas financeiras	268	268	394	394
Base de cálculo	1.401	1.968	1.399	1.902
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	325	177	324	170
Outros	1	-	6	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	326	177	330	170

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	878	-	878	4.404	-	4.404
Concessionárias e Permissionárias	657	-	657	127	-	127
Serviços em Curso	193	(193)	-	136	-	136
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	19	19	-	-	-
Ativo contratual da concessão	-	10.071	10.071	-	11.205	11.205
Tributos Compensáveis	144	(19)	125	140	-	140
Outros Ativos Circulantes	146	185	331	132	2	134
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	48	-	48	48	-	48
Depósitos Judiciais e Cauções	3.645	11	3.656	3.067	-	3.067
Tributos Diferidos	109	(109)	-	48	(48)	-
Ativo contratual da concessão	-	120.828	120.828	-	110.356	110.356
Outros Ativos Não Circulantes	-	-	-	-	18	18
Imobilizado	64.668	(64.569)	99	66.693	(66.655)	38
Intangível	13	(7)	6	32	(20)	12
			-			
Total do Ativo	70.503	66.215	136.718	74.829	54.856	129.685

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	456	-	456	465	-	465
Arrendamento mercantil	-	18	18	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	113	(66)	47	172	-	172
Tributos	157	(47)	110	155	-	155
Encargos Setoriais	429	(429)	-	386	-	386
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	738	738	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	1.031	(474)	557	215	(202)	13
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Arrendamento mercantil	-	40	40	-	-	-
Provisão para Litígios	100	-	100	214	-	214
Tributos Diferidos	-	3.970	3.970	-	3.707	3.707
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	8.070	8.070	-	8.108	8.108
Outros Passivos Não Circulantes	528	(528)	-	157	(157)	-
Total do Passivo	2.814	11.292	14.106	1.764	11.456	13.220
Patrimônio Líquido						
Capital Social	95.345	-	95.345	95.345	-	95.345
Reservas de Lucros	27.267	-	27.267	16.505	-	16.505
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	-	-	4.615	-	4.615
Dividendos Societários Distribuídos	(54.923)	54.923	-	(43.400)	43.400	-
Total do Patrimônio Líquido	67.689	54.923	122.612	73.065	43.400	116.465
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	70.503	66.215	136.718	74.829	54.856	129.685

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	14.315	(13.257)	1.058	13.809	(13.809)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	4.850	4.850	-	2.679	2.679
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	(1.323)	(1.323)	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	20.249	20.249	-	13.068	13.068
(-) Parcela Variável	(151)	-	(151)	(1.243)	-	(1.243)
Tributos						
PIS-PASEP	(92)	(68)	(160)	(82)	(12)	(94)
Cofins	(425)	(315)	(740)	(377)	(58)	(435)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(130)	(1)	(131)	(116)	-	(116)
Reserva Global de Reversão - RGR	(368)	(274)	(642)	(327)	(50)	(377)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(57)	(42)	(99)	(50)	(8)	(58)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	13.092	9.819	22.911	11.614	1.810	13.424
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	13.092	9.819	22.911	11.614	1.810	13.424
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(320)	-	(320)	(587)	-	(587)
Material	(11)	(454)	(465)	(9)	(198)	(207)
Serviços de Terceiros	(1.258)	-	(1.258)	(1.109)	-	(1.109)
Arrendamento e Aluguéis	(43)	15	(28)	(29)	-	(29)
Seguros	(15)	-	(15)	(18)	-	(18)
Doações, Contribuições e Subvenções	(40)	-	(40)	(15)	-	(15)
Provisões	54	-	54	(124)	-	(124)
Tributos	(15)	-	(15)	(20)	-	(20)
Depreciação e Amortização	(2.486)	2.465	(21)	(2.568)	2.557	(11)
Resultado da Atividade	8.958	11.845	20.803	7.135	4.169	11.304
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(96)	(4)	(100)	(906)	-	(906)
Receitas Financeiras	268	-	268	394	-	394
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	9.130	11.841	20.971	6.623	4.169	10.792
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(503)	(322)	(825)	(500)	(60)	(560)
Resultado Líquido do Exercício	8.627	11.519	20.146	6.123	4.109	10.232

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

13.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

13.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente . De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.1.2. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 7%; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

13.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

13.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatório.

13.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	122.612	116.465
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(67.758)	(55.215)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	58	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	12.777	11.815
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	67.689	73.065

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	20.146	10.232
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(24)	-
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(11.817)	(4.169)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	322	60
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	8.627	6.123